

CADASTRAMENTO DE CORRETORES DE IMÓVEIS PROVIMENTO CGJ Nº 57/2025 (CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO)			INDEX
1	()	Requerimento e declarações para Credenciamento/Renovação de Auxiliares da Justiça, por meio de link disponibilizado no site da CGJ/TJRJ;	
2	()	Identificação Civil (RG CNH ou documento oficial com foto) com até 10 (dez) anos de emissão;	
3	()	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), caso não conste no documento de identificação civil;	
4	()	Número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (NIT ou PIS);	
5	()	Carteira profissional do órgão de classe a que se encontra vinculado(a);	
6	()	Comprovante de inscrição e de regularidade perante o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio de Janeiro - CRECI-RJ	
7	()	Certidão de regularidade junto ao órgão de classe, expedida, no máximo, há 30 dias;	
8		Comprovação de não haver sofrido, nos últimos 2 (dois) anos, punição em processo administrativo disciplinar ou em representação, aplicada por decisão contra a qual não caiba recurso, por certidão expedida pelo Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI-RJ	
9	()	Comprovante de desempenho da função de corretor de imóveis há, pelo menos, 3 (três) anos	
10	()	Comprovante de domicílio com até 90 (noventa) dias de emissão;	
Certidões negativas de débitos tributários:			
11	()	Certidão de Inexistência de débitos Tributários Municipais (correspondente ao Município de domicílio do requerente)	
12	()	Certidão de Inexistência de débitos Tributários PGE (correspondente ao Estado de domicílio do requerente)	
13	()	Certidão de Inexistência de débitos Tributários Estaduais -SEFAZ (correspondente Estado de domicílio do requerente)	
14	()	Certidão de Inexistência de débitos tributários federais - PGFN	
Certidões negativas de distribuição de processos criminais:			
15	()	Certidão negativa de distribuição de processos criminais da Justiça Federal (certidão expedida pelo Tribunal Regional Federal que exerça jurisdição no estado do domicílio do requerente)	
16	()	Certidão Negativa de distribuição de processos criminais da justiça estadual ou distrital - deverá corresponder ao estado em que requerente tem domicílio.	
17	()	Certidão de Quitação Eleitoral (TSE)	
18	()	Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNJ	
19	()	Declaração de parentesco do Corretor requerente	